

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CARLOS RAIMUNDO PEREIRA

MUI LEAL E VALOROSA CIDADE DE PORTO ALEGRE,
POR QUE MESMO?

PORTO ALEGRE

2015

CARLOS RAIMUNDO PEREIRA

MUI LEAL E VALOROSA CIDADE DE PORTO ALEGRE,
POR QUE MESMO?

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação do professor doutor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

PORTO ALEGRE

2015

À Teresinha, Lore e Rita (in memoriam),
mãe, dinda, tias, professoras, amigas, irmãs, Cadicas,
tanto que...

À Cibele e César, filhos, aí qualquer coisa fica pouco,
amor demais, são o que me pulsa...

À Érica e Juliano, esposa e enteado, parceiros
incondicionais, amor perfeito, forças para todas as
forças...

Carol e Afonso, sobrinhos, afilhados e compadres,
o maior muito obrigado da história,
se não fossem vocês o vídeo documentário teria ficado
no papel...

E um grande agradecimento àqueles que na página
anterior dediquei este trabalho, pelo apoio,
compreensão e paciência.

RESUMO

Este trabalho de conclusão é composto de uma monografia e de um vídeo documentário, duas narrativas para a partir do conhecimento, do desvelamento de acontecimentos, de datas, de mapas, de personagens, trazer a tona uma contraposição historiográfica do que é dito como acontecimento único e fundador do Rio Grande do Sul. Seus ícones, heróis, bandeira, hino, o pertencer a esta construção, fazer uma busca na cidade atual em seu centro histórico, identificar os espaços que no passado foram representativos e que no presente narram uma história. Este trabalho propõe uma reflexão, cidade e história divergem, o passado que é contado não passou por esta cidade.

A imagem de duas bandeiras retrata a intensão deste trabalho. Uma, a bandeira branca portoalegrense e seu brasão com o título em honra à reação aos farrapos, outra, a tricolor riograndense da história hegemônica, da mentalidade construída, da memória seletiva, dos vultos e datas incensados pela historiografia regional. “Mui leal e valorosa cidade de Porto Alegre” é o título desta cidade e deste trabalho, “por que mesmo?” é a problematização. Texto e documentário se complementam, um pela amplitude que permite no contraponto às restrições de tempo da narrativa audiovisual, outro pelas possibilidades dos recursos imagéticos e sonoros, mesmo que com as limitações em âmbitos técnicos e de produção. Três livros são referenciais, seis depoimentos de especialistas são fontes de conhecimentos e de considerações, ampliando discussões no abordar de conceitos como identidade e pertencimento, hegemonia e consentimento, de memória seletiva e da dialética de liberalismo e conservadorismo, das construções das nacionalidades e da heroicização dos mitos. Em duas diferentes narrativas, este trabalho se propõe a conhecer e a problematizar o cerco farroupilha à Porto Alegre e seus significados na guerra civil e no posterior desenvolvimento da cidade.

SUMÁRIO

Introdução	7
A intenção que apagou da memória	9
Um vídeo documentário	11
Uma cidade sitiada, por Sérgio da Costa Franco	17
Uma iconografia, por Clovis Silveira de Oliveira	24
Reminiscências, por Antônio Pereira Coruja	26
A literatura no dezenove narra a guerra civil	28
Liberalismo e conservadorismo que se misturam	31
Conclusão	34
Bibliografia	36
Anexos 1 a 6 – entrevistas transcritas na íntegra	58 pp
Anexo 7 – dvd com documentário em formato wma e duração de 28'35”	

Mui Leal e Valorosa cidade de Porto Alegre, por que mesmo?

Carlos Raimundo Pereira

Introdução

Caminhar pela área central de Porto Alegre e suas proximidades, como de resto em cada lugar, permite o imaginar daquele espaço ao longo de sua ocupação, do seu estabelecimento como um aglomerado humano. A capital do Rio Grande do Sul, em sua formação, passou por duas condições, que de esquecidas foram relevadas. Uma é geográfica, na opção pelo local estratégico de ocupação e defesa, uma península entre um delta e um lago, uma passagem obrigatória da procedência do norte, a esquina entre o prosseguir para o sul ou o optar pelo continente adentro. A outra é histórica, da reconquista da cidade pelos legalistas imperiais, do uso das linhas de defesa num cerco à cidade e seu significado nos rumos de uma guerra civil, de um feito de resistência e um título outorgado pelo império que permanece vivo em sua simbologia de bandeira e brasão. A muito leal e valorosa cidade de Porto Alegre esteve em seus primeiros anos de existência confinada em seu formato peninsular, com limites traçados por uma linha de defesa e acesso contido por uma entrada principal, um portão que indicativos apontam mudança de local e duração efêmera.

Este andar pela área central da cidade e suas proximidades não tem incursão alguma nesta memória, a cidade e suas representações contam uma outra história, contam épicos ideários de uma cidadania local forjada. A cidade cresceu e se transformou, não há mais o portão e sua praça, não há qualquer indicação da existência de uma estrutura de defesa, uma referência a um tempo de sítio e resistência. Há um centro histórico republicano e positivista, de neo classicismos e esquecimento intencional. As memórias da cidade foram apagadas, foram encobertas pelo contar dos heroicos revolucionários que se tornaram hegemonicamente nomes de parques, ruas e escolas, por uma data que se fez feriado e a instituição de seus hino e bandeira. Uma representação característica do conhecimento construído com a parcialidade da intenção. Sob a égide de um movimento de liberalidade relativa, é feita a construção de uma sociedade conservadora.

“Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de

refiguração narrativa, desde a constituição da identidade pessoal, até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – a história oficial.”
(Paul Ricoeur) ¹

Dois monumentos erguidos na cidade são representativos, dão o indicativo da formação do conhecimento comum que se estabelece com a escolha dos ícones, as estátuas de Bento Gonçalves e de Manoel Marques de Souza. Uma, do líder máximo da representação farroupilha, situada numa larga avenida e com ampla visibilidade, inaugurada com pompas no centenário da eclosão da guerra civil. Outra, a primeira estátua erguida em Porto Alegre, ainda no império, uma homenagem para o conde titulado com o nome da cidade, aclamado que foi como o líder do movimento de reconquista da cidade dez meses após o vinte de setembro. Sua estátua foi trocada de lugar mais de uma vez, a última para a construção do viaduto Loureiro da Silva. Atualmente habita à praça com seu mesmo nome e, apesar de no centro, discretas, quase anônimas, pouco conhecidas, tanto a praça quanto a estátua. O suntuoso monumento ao general farroupilha está diante de um grande colégio estadual que leva o nome daquele que vai liderar o estado e unir na identificação os ideais farroupilhas e republicanos.

"Lá no Instituto Histórico tem uma carta, no arquivo do Apolinário Porto Alegre, uma carta do Júlio de Castilhos quando estudante em São Paulo pedindo ao Apolinário que estude a Revolução Farroupilha, e tal, que ele é a pessoa mais ilustrada do Rio Grande, e etc, e histórias inclusive, e que ele prestava um grande serviço a causa se estudasse a Revolução Farroupilha." ²

De 1773, ano em que José Marcelino Figueiredo, de nome oficial registrado na matriz Portugal como Antônio Gomes de Sepúlveda, transferiu a sede da capitania da Vila de Viamão para a península e "fundou" Porto Alegre, até 1845, ano da assinatura do tratado de paz que findou a Guerra dos Farrapos, transcorreram os primeiros setenta e dois anos de existência formal da capital da província. Seu traçado é conhecido por plantas e mapas, uma cidade em formação dentro de um limite geográfico estabelecido como linhas de defesa. O formato destas defesas e suas transformações carecem de registros, havendo, sobretudo, diferentes nomenclaturas que induzem à variadas interpretações. Valo, trincheira, muralhas,

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2008, p 455.

² FRANCO, Sérgio da Costa. Entrevista anexo 3, p 4.

quais sejam, estão nos mapas da época, uma cidade dentro de fronteiras estabelecidas para defesa, pelo qual fez-se limitada em seu crescimento urbano e, por fidelidade em um tempo de guerra civil, leal e valorosa aos olhos e aos interesses do jovem imperador. Na cidade atual não há sinais, quaisquer resquícios, nenhum resíduo que faça referência à linha de defesa. Nem ao portão. Deste há uma vaga lembrança das pessoas de mais idade, que ouviram falar e que nada sabem dele. Tanto quanto a trincheira, o portão, que podem ter sido dois, igualmente carece de registro. Ao longo deste trabalho as linhas de defesa e os portões serão tratados com maior detalhamento.

A intenção que apagou da memória

O Vinte de Setembro e a entrada triunfal em Porto Alegre, a declaração de independência e a criação da República Riograndense, as batalhas de Fanfa e Seival, a prisão de Bento Gonçalves, o barco que levou o nome da batalha épica e fez o caminho não menos épico, as trocas de lado de Bento Manoel, o Hino Riograndense, a bandeira, a República Juliana, o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires, a chegada do Barão de Caxias e a assinatura do tratado de paz, são tantas as abordagens e, em geral, favoráveis a um ideário revolucionário farroupilha, que a condição da capital, de reconquista e sítio, determinantes para o andamento e desfecho da guerra civil é esquecida. Na zona leste da cidade há uma avenida tradicional que tem em seu nome uma referência ao forte construído por Antônio de Souza Neto durante o sítio. O cidadão de Porto Alegre sabe onde fica a Avenida do Forte. Quem sabe que forte é esse? Assim como a Batalha de Porongos, de recontar e redescobertas e, atualmente, compreendida como uma traição, o sítio a Porto Alegre carece de estudo e conhecimento, sem o revisionismo necessário dos Lanceiros Negros, mas de sua simples inclusão no rol de conhecimentos estabelecidos do evento Guerra dos Farrapos. O quinze de junho, o barco Presiganga, as linhas de defesa, a cidade em sítio e resistência, que, independentes de serem revolucionárias ou legalistas, são a parte que a intenção apagou da memória.

“O sítio de Porto Alegre pelos rebeldes durante um longo lapso de tempo, na insurreição farroupilha, embora significativo do ponto de vista militar e

relevante para a própria história urbana da Capital rio-grandense, nunca mereceu maior atenção dos historiadores regionais. Este fato é, de certo modo, compreensível...”³

Resgatar a resistência da cidade ao avanço dos rebelados não é exatamente defendê-la por identidade, é reconhecê-la pela relevância, é tentar melhor compreender a abrangência de um movimento e a oposição a ele, é estabelecer entre a cidade, seu passado e seu presente a relação com sua formação e com a construção de sua mentalidade. Se a memória é apagada, qual seja e pelo que seja, então que se lhe restaure, se a cidade era legalista e isso está evidenciado no brasão e na bandeira, que se assuma esta condição.

Marcas, transformações, um vai e vem de poderes, a fidelidade de uma população predominantemente ligada à portugueses e ao comércio, a destruição destas marcas no confronto com o hoje e com a mentalidade estabelecida, as mesmas e novas ruas, os mesmos e novos prédios e as mesmas e novas histórias. As memórias. O tempo e o espaço. O tempo passado, que revela e descortina indicativos de nomes, de números, de lugares, de identidades e pertencimentos, e do seu espaço de memória no tempo presente. Este trabalho não se apresenta revisionista ou mesmo legalista, não visa argumentar que outros desfechos poderiam ter mudado nossa história, quer, sim, resgatar informações, ampliar conhecimentos, e, sobretudo, mostrar que a história desta cidade é parcializada e adequada ao imaginário de uma construção de identidade, delineada por feitos e façanhas que na medida que o tempo avança cada vez mais se consolidam como formadoras de uma caracterização regional plausível, mas não necessariamente verdadeira. Em depoimento para o documentário o historiador Luiz Alberto Grijó discorreu sobre o que chamou de memória petrificada, discrônica.

“Quando começa a se organizar o tal do movimento tradicionalista, começa a se institucionalizar um certo tipo, uma certa forma de percepção da história e disso que é chamado por essas pessoas de tradição do Rio Grande do Sul, que realmente vai partir pra um outro lado, vai partir pra um lado assim meio que de petrificação do passado, quer dizer, de uma coisa completamente discrônica, ela não chega a ser anacrônica, na verdade nega o tempo, esse tradicionalismo tradicionalista, quer dizer que vai na verdade partir daquela ideia de que o passado tem que ser revivido. E o que do passado tem que ser

3 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre Sitiada*. Porto Alegre: Sulina, 2000, p 15.

revivido?”⁴

Um vídeo documentário

Este texto soma ao documentário como um conjunto neste trabalho de conclusão. A distância temporal do fato ocorrido e os disponíveis mapas, gravuras, documentos e literatura permitem uma coletânea de materiais e sua organização em linguagem audiovisual, acrescentando depoimentos gentilmente proporcionados por estudiosos deste campo de conhecimento histórico. O processo de desenvolvimento da pesquisa e do documentário se deu por etapas, inicialmente bibliográfica, depois iconográfica, sobretudo, na rede de computadores que é abrangente banco de imagens, intercalados com o andar pela cidade, em seu centro histórico e seus caminhos que seriam no passado percorridos pelas linhas de defesa da cidade. Com o estabelecimento de uma relação mínima de conhecimento foi iniciada a etapa de depoimentos. Colaboraram a arquiteta Célia Ferraz de Souza e os historiadores, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Sérgio da Costa Franco, Helga Landgraff Piccolo, Carla Renata Antunes de Souza Gomes e Luiz Alberto Grijó. Com eles, importantes considerações ampliadas para além da cidade sitiada, percorrem o segundo reinado e adentram a república e o século vinte. As abordagens são imensas, não caberiam inteiras numa única edição em vídeo, os depoimentos estão transcritos na íntegra e anexados ao final deste trabalho. Na escrita é possível expandir do estabelecido como pauta e roteiro do documentário, e assim, tanto num como noutro formato, resistir às tentações e aos impulsos de se apropriar de diversas fontes e temas e perder-se no volume e no tempo.

O formato de um documentário para este trabalho, não que seja exatamente uma realização pessoal, é o retomar de um projeto pensado há cerca de dez anos e que se não foi adiante, gerou desdobramentos, e dentre eles, a realização desta graduação. Tomei gosto. Retomá-lo agora com o objetivo definido de apresentá-lo como trabalho de conclusão torna-se um agradável desafio, desenvolvido na disciplina Técnicas de Pesquisa Histórica com apoio e orientação do professor doutor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Gui Thuillier e Jean Tulard⁵ em *Cómo preparar un trabajo de historia, métodos y técnicas* ensinam a eleger um

4 GRIJÓ, Luiz Alberto, entrevista no anexo 6, p 3.

5 THUILLIER, Gui e TULARD, Jean, *Cómo preparar un trabajo de historia, métodos y técnicas*, Barcelona, 1989.

tema em acordo com o gosto pessoal. O formato documentário surge, não só pelo gosto, mas sobretudo pela experiência que tenho na área audiovisual, por ter nela trabalhado por aproximadamente quinze anos, majoritariamente em publicidade na função de diretor de produção. Em alguns poucos trabalhos exerci a função de roteirista e diretor. Das possibilidades das leis de incentivo à cultura, dos editais de produção audiovisual e de uma sucessão de acontecimentos, surgiu a ideia e o projeto inicial de um documentário sobre o cerco farroupilha à Porto Alegre. De primeiro o Solar Conde de Porto Alegre, no IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil – sessão RS, e sua história bicentenária, depois, a descendente direta de Manuel Marques de Souza, o Conde de Porto Alegre, a jornalista Carmem Ferreira da Silva, pesquisadora incansável da vida de seu antepassado, e por fim, e não menos definitiva, a leitura de um livro esclarecedor, *Porto Alegre sitiada*, fruto de minuciosa pesquisa do historiador Sérgio da Costa Franco. Uma sequência de acontecimentos que encaminham a idealização daquele projeto, que, passados dez anos de caminhos e aprendizados, é integralmente reescrito para se tornar este trabalho de conclusão.

O livro "Porto Alegre sitiada", de Sérgio da Costa Franco, é precioso compêndio do cerco. Em narrativa cronológica o autor relata os acontecimentos entre 1835 e 1840, desde o que chamou de "efêmera conquista farroupilha", ao se referir aos dez meses de controle da capital pelos revoltosos, até o final do último dos três sítios. Com base em documentos, memórias, em cartas e um diário manuscrito apresentado como inédito, enumera datas, nomes, discorre sobre fatos e acontecimentos, sobre as oscilações de poder, quer sejam militares ou políticos. O livro tem uma proposta de revelação e desmascaramento, o autor posiciona-se claramente na intenção de demonstrar o esquecimento intencional da historiografia regional aos acontecimentos deste período, os significados e consequências destes anos de sítio, enfatiza ícones que nada representam para o ideário tradicionalmente aceito, e que numa releitura destes acontecimentos certamente seriam trazidos às evidências. Na página vinte e sete inicia o capítulo "A reação de 15 de junho de 1836". Aí está um ícone, a data da reconquista da cidade pelos legalistas e início da resistência que se prolongará até o final do conflito, a data do acontecimento que proporcionou a titulação outorgada pelo imperador. Mui leal e valorosa cidade de Porto Alegre. Este documento de titulação está no Arquivo Público Nacional, com cópia disponível na rede de computadores e impressa na página 120 do livro *Porto Alegre a cidade e sua formação*, de Clovis Oliveira da Silveira.

Silveira apresenta uma pesquisa de documentos e imagens, comentados,

justificados, cronologicamente organizados, avançando no tempo desde o surgimento da cidade até aproximadamente a década de cinquenta do século vinte. Imagens importantes para a edição do documentário foram buscadas nesta publicação. Uma delas o mapa que indica a existência dos dois portões e os períodos a que correspondiam, outra, igualmente sobre a localização do portão, uma foto montagem que indica com pretensa precisão sua posição e o caminho inicial da linha de defesa, respectivamente, entre as páginas 16 e 17 o primeiro, e na 116 o segundo.

Um terceiro livro completa a base literária deste trabalho e foi escrito por um contemporâneo da Guerra dos Farrapos, um morador de Porto Alegre que por sua participação política foi preso e deportado para o Rio de Janeiro. São as reminiscências de Porto Alegre, as "Antigualhas" de Antônio Alvares Pereira Coruja, escritas quase cinquenta anos depois de sua mudança forçada e definitiva para a capital do império. De memória ele escreve sobre lugares, ruas, pessoas, famílias, apelidos, situações, condições, constrangimentos, o universo das lembranças de sua cidade.

A Porto Alegre de antes, de durante e de depois da guerra está nestas e em muitas tantas outras páginas, de onde abriu-se o caminho para este trabalho. Nelas a coerência de uma formação, foi possível confrontar as reconstruções dos espaços, e talvez o mais significativo deles, o traçado das linhas de defesa. A imprecisão da localização aumenta ao que se busque a estrutura provável em que foram construídas, ora são muralhas com fosso, ora são fortificações com valo, ora são trincheiras, ora são unicamente um valo, não há precisão nesta reconstituição, nem origem e nem transformações estão registradas a contento.

Uma grande quantidade de gravuras e fotografias de Porto Alegre estão disponíveis na rede mundial de computadores e, no entanto, num número reduzido para o período a que estamos focalizando. Mesmo poucas, mostram a cidade e suas águas no entorno, com o Guaíba, seus barcos e atracadouros sempre presentes e os casarios que encostam-se para a parte alta da cidade. Para uso no documentário foi possibilidade o registro em vídeo da imagem na perspectiva do olhar como se na mesma posição do desenhista da época. Uma fotomontagem em vídeo faz uma transição visual entre o passado e o presente. Há riscos, a infidelidade informativa na rede de computadores deve ser sempre considerada, permanentemente criticada, confirmada e reafirmada. Numa dessas pesquisas me deparei com uma fotografia antiga de uma família pousando ao lado de um grande portão, identificado grosseiramente como o portão de acesso à cidade de Porto Alegre. Dentre estas imagens há os

mapas, muito boas fontes com informações que se confirmam de um para outro, desde o primeiro loteamento que teria feito o Capitão Montanha por ordem de José Marcelino de Figueiredo, numa reconstituição de Francisco Riopardense de Macedo, até o mapa feito a quatro mãos por Clovis Oliveira da Silveira e Luiz Carlos Luz de Ribeiro, publicado em livro e amplamente divulgado e disponibilizado na rede. Este foi o mapa preferencialmente usado na edição do documentário, e usado como principal referência para algumas identificações e localizações.

As produções audiovisuais têm, em geral, depoimentos de pesquisadores e especialistas com falas editadas e sequenciadas na intenção de um roteiro de montagem. São conversas entre entrevistado e entrevistador em que são pinçados pensamentos que por vezes são descontextualizados na edição. Os limites impõem esta condição de corte ao autor do trabalho audiovisual. O tempo é o maior deles, e o exemplo deste trabalho é justificador desta condição. Foram seis entrevistas realizadas, em todas elas a duração da entrevista é superior ao tempo total da edição final do documentário, para cada entrevista seria possível fazer um novo vídeo com esta mesma duração. Há, sim, material para mais um ou dois documentários, na medida que para este trabalho foram priorizadas as considerações sobre o cerco e a cidade. O liberalismo de um movimento e o conservadorismo daqueles que se dizem seus seguidores foram pautas que se fizeram presentes nestas gravações.

Como uma narrativa qualquer o vídeo documentário deve arrebatá-lo para o envolvimento. A imagem, o movimento, o som, a reconstituição, o mergulhar num tempo e espaço imaginário. O conhecimento histórico não pode não se valer do recurso audiovisual, quer seja com fonte, quer seja ao ser narrativa, ao ser linguagem. Hagemeyer⁶ desafia nós historiadores a usarmos o recurso audiovisual como um componente a mais de narrativa na construção do conhecimento histórico. Discursivo, ficcional ou documental, o audiovisual é uma ferramenta valiosa em um tempo de apuros tecnológicos e apelos imagéticos e sonoros, num tempo em que virtualidade e realidade se misturam e conduzem expectadores desatentos a acreditarem no desconhecido. Realizar este trabalho na forma de vídeo foi um desafio justamente pela necessidade de domínio de técnicas de fotografia e edição, de roteiro e de sonorização, no objetivo da condução do tema com lógica e coerência. Talvez impregnado por esta linguagem cinematográfica, de edição de falas e colagem de imagens e sons, pelo que no decorrer deste texto me faço valer a todo instante

6 HAGEMeyer, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

de uma citação, quer seja destacada de um livro ou recortada do depoimento em vídeo.

As primeiras falas editadas são curtas e com a proposição de um alerta e de um despertar de atenção e interesse. A frase "Que vieram aqui bombardear Porto Alegre, era gente da fronteira!" foi pinçada em meio ao depoimento de mais de trinta minutos do escritor e historiador Sérgio da Costa Franco. Foi um propósito, tem sentido provocativo. Logo em seguida o professor doutor Cesar Guazzeli refere outro convidado, "Então, como diz a professora Helga Piccollo, nem todo Rio Grande é farroupilha e nem todo farroupilha é republicano", segue o tom de instigar, provocar, despertar. A própria professora doutora Helga Piccollo, na cena seguinte, pergunta e responde, "que os livros de História continuam dizendo, o Rio Grande do Sul se separou do Brasil, mas quem é que disse isso? Metade do Rio Grande do Sul não foi farrapo!". A conclusão deste primeiro e curto bloco vem de mais um pequeno excerto da fala provocativa de Sérgio da Costa Franco, "Porto Alegre derrotou os farrapos, a verdade é essa, Porto Alegre é que impediu a vitória da Revolução Farroupilha."

“É certo que o processo de formação dos estados nacionais foi, em geral, acompanhado do empenho em reunir um cabedal de memória coletiva, justamente para legar a cada nação seu patrimônio histórico. A construção de um passado, nos estados nacionais, é uma atividade constante de fundação mítica, de justificação de fronteiras e legitimação de governos. E quem recebe essa herança histórica junto com a nacionalidade é instado a reconhecê-la sob forma material de nomes, datas, lugares, episódios, cores. Relatos expressos em signos que podem ser percebidos pelos sentidos, reconhecidos visualmente, podem ser tocados: a história dos heróis, dos pais fundadores, das grandes guerras, dos episódios de independência e de libertação, das proclamações, das bandeiras e dos hinos, é oferecida como um leque de ícones palpáveis.”⁷

Em setembro de 2015 foram realizadas as entrevistas, ocorriam as comemorações anuais do mês farroupilha, festividades que num tempo recente foram de uma semana, dias depois da Semana da Pátria, muito valorizada nos governos militares. O sete de setembro era feriado, o vinte de setembro, não. Nestes tempos atuais, o dia vinte se tornou feriado e a semana se ampliou ao mês, com data, hino e bandeira regionais obscurecendo os correspondentes ícones nacionais. Na esteira destes enaltecimentos de setembro, ao longo das entrevistas e nas pesquisas bibliográficas, a deparação com os “ismos” e as necessidades de a

⁷ ALBIERI, Sara, *Introdução à História Pública, História Pública e Consciência Histórica*, 2011, p 26.

partir deles encontrar o justo enquadramento historiográfico. Uma memória esquecida intencionalmente e uma história contada em acordo com um pretense ideal social político e econômico. O esquecimento do que não seria representativo para a mentalidade em construção. O pertencimento e o consentimento, a conceitualização de um ideário local e seu paradoxo de liberalismo e conservadorismo. A conjunção do regional e do tradicional por suas imposições e representações.

Os historiadores aqui apresentados são unânimes em apontar o quanto depois da guerra civil as fileiras liberais e conservadoras se misturaram e o quanto os ideários se adonaram de fatos e nomes fazendo-os representativos de uma intenção política, social e econômica. É um tempo de reorganização social e de constituição de nacionalidades, é uma época de pensamentos predominantes republicanos e positivistas, o estado nacional brasileiro e sua província mais sul meridional estão, e naquelas condições político econômicas não poderia ser diferente, fazendo parte desta transformação. Esta ordem impõe que se estabeleçam ícones, os hinos e as bandeiras, as causas e suas datas, as batalhas e seus heróis, criam-se as nações e se estabelecem as civilidades. Rememorando a citação da professora Helga Piccollo trazida pelo professor Cesar Guazzelli, de quem “nem todo Rio Grande foi farroupilha e nem todo farroupilha foi republicano”, e vemos que se apresenta uma mentalidade riograndense, uma marca, que se fizeram todos farroupilhas e ainda todos maragatos, mesmo que o patriarca do estado não o seja. Mas este é outro assunto e outro paradoxo, fiquemos no cerco à Porto Alegre e no documentário. Quase duzentos anos depois e o ideário farroupilha é feito hegemônico na constituição de uma mentalidade regional. Na conceitualização de Jacques Le Goff, a herança do passado, o monumento, a causa farroupilha e sua memória, estigmatizada, escolhida, feita referência formadora pela historiografia oficial, o documento que institucionaliza e perpetua.

Difícil conceber um filme, um vídeo, mesmo que um documentário sem o artístico, sem a música e a poesia, seu pulso e sua sensibilidade, sem as belas imagens e suas linhas, os enquadramentos e os significados. Cruzá-las com a nostalgia do passado foi uma certeza nesta concepção. Uma música que tem em seu refrão "Nossa Senhora Madre de Deus, cuida dos filhos teus..." parece ter sido composta com o justo propósito de trilha sonora para este trabalho. Elis Regina cantando temas sobre Porto Alegre, e em ritmos que não regionais, dois sambas urbanos, tem esta relação de antagonismo entre a cidade e o campo, entre o regionalismo que se ufaniza pela heroicização da guerra e uma cantora urbana execrada pelo

conservadorismo de quem a queria ouvir cantando milongas em fantasiosas vestimentas de prenda.

Uma cidade sitiada, por Sérgio da Costa Franco

Nos livros já referidos, sobretudo os de Franco e Silveira, há detalhamentos das fronteiras do sítio. A cidade erguera-se sobre a península que avançava sobre as águas separando o delta do lago, e na base da península foi traçado o caminho da linha de defesa. No desenho atual da cidade este traçado parte do norte das proximidades da Rua Pinto Bandeira, desde a parte baixa, junto a margem do canal até a Santa Casa de Misericórdia, fronteira entre o interior e o exterior da cidade. A linha segue na direção do portão junto a atual avenida João Pessoa, nas proximidades da avenida Salgado Filho e do viaduto Loureiro da Silva. Inicialmente um portão nas cercanias do atual viaduto, provavelmente entre 1773 e 1822, depois, ao tempo da guerra civil, um outro portão com registro de 1836, onde é atualmente o início da rua Desembargador André da Rocha. A linha de defesa segue pela avenida João Pessoa até as proximidades da Rua da República, virando um pouco antes para o sul, e seguindo paralela ao traçado atual da rua, até as margens do arroio, nas proximidades da atual Rua João Alfredo, que em tempos antigos era a Rua da Margem. Este traçado é similar em praticamente todos os mapas encontrados da época, o que de certa confirma sua existência e sua localização. O que faltam são especificações claras sobre seu formato e como e em que tempo foi sendo construída.

Em seu livro *Porto Alegre sitiada*, com primeira publicação em 2000, Sérgio da Costa Franco busca uma identificação efetiva dos períodos de cerco, a própria organização do livro é feita em capítulos cronologicamente sequenciados. O dia 20 de setembro é historicamente reconhecido como o do início do conflito, com a ocupação de Porto Alegre por parte dos revoltosos farroupilhas e sistemáticas prisões e perseguições. Neste início de guerra civil, o que descreve Franco é uma cidade em "clima de terror político" até a reação de 15 de junho do ano seguinte. O autor faz recortes de textos da época para ilustrar e descrever os momentos iniciais do cerco.

“É certo que os legalistas desde cedo trataram de robustecer esse sistema de

defesa, de tal modo que puderam resistir eficazmente ao assédio que praticou contra a capital o Coronel Bento Gonçalves a partir de 20 de junho. Alfredo F Rodrigues escreveu:

'Na praça restaurada tudo era agitação. Apressadamente construíram-se trincheiras de madeira, no meio de constantes sobressaltos da população'.

Não era fácil a situação militar da praça recuperada, com uma guarnição de poucas centenas de homens e nenhuma perspectiva de socorro imediato, pela interrupção das comunicações com Rio Grande".⁸

Uma carta de Antônio Alvares Pereira Coruja ao historiador Alfredo Varela, escrita ao final do dezenove, é reproduzida e relata o momento em que os legalistas, dez meses depois, reconquistaram a cidade.

"Não posso bem dizer os motivos nem os meios da reação de 15 de junho em Porto Alegre; aí vai porém o que posso dizer. Achando-se a cidade quase em abandono, por estar em Pelotas como Comandante das Armas o major João Manoel de Lima, comandante do 8º Batalhão, era este interinamente comandado pelo relaxado e inepto Capitão João José Pimentel, que nem no quartel dormia e consentia que os oficiais fizessem o mesmo, confiados nos diversos pontos ou postos de 4 ou 5 homens em diversos lugares ao redor da cidade pelo lado de terra. Ao mesmo tempo se achavam presos o Brigadeiro Manuel Carneiro e o Major Marques (Conde de Porto Alegre) e outros oficiais, todos juntos. Estes surdamente fizeram as suas combinações. Havia a ordem de correrem para o quartel do 8º pertencentes à combinação de Carneiro e Marques, na noite ou madrugada de 14 para 15 de junho concorreram ao quartel e achando-o solitário ficaram senhores dele; mandaram tocar o alarme a corneta; foram todos concorrendo ao quartel; ou como era de prever, ou já era previsto, foi cada um preso por sua vez e alguns oficiais iam até atando a banda às carreiras e à proporção que cada um ia entrando foi ficando e assim mesmo antes de amanhecer já havia uns 100 presos; mandaram mudar os comandantes dos diversos postos; a gente de Carneiro e Marques ficaram soltos; a cidade que adormecera farrroupilha amanheceu legal, seguindo-se a prisão do Vice-Presidente e outros mais, talvez em número de 700. O Visconde de São Gabriel e depois o General Chagas Santos ficam comandando a guarnição como patentes mais antigas. Foi uma verdadeira surpresa e bem combinada. Eu fui preso também e só fui solto em novembro, depois que à Capital chegou o Presidente Araújo Ribeiro".⁹

⁸ FRANCO, op. cit. p 31.

⁹ FRANCO, op. cit. p 28.

Na mesma página do livro, Franco transcreve que em nota no "Relatório ao Cônsul da Sardenha por Antônio de Freitas Barreto Queirós", o historiador Moacyr Flores assim descreveu a conspiração para retomada de Porto Alegre aos farroupilhas:

"Manoel Marques de Souza, aprisionado no Presiganga, organizou a reação, conseguindo fundos dos Capitalistas e portugueses do alto comércio. O tenente Henrique Guilherme Mosye, de apelido Durego, auxiliado pelo sargento Sinzenando Antônio de Oliveira, pai de Soledade, pelo sargento furriel Francisco das Chagas Júnior, o Chaguinhas, e mais um cadete, desencadeou a reação dos legalistas." ¹⁰

Dois outros autores estudiosos da história de Porto Alegre fazem sua contribuição neste reconhecimento ao momento de reconquista da cidade pelas forças legalistas. Clovis Silveira de Oliveira em *Porto Alegre, a cidade e sua formação*, com primeira publicação em 1993.

"Até 15 de junho de 1836 os revolucionários mantiveram a posse da Capital, quando então Manoel Marques de Souza, o futuro Conde de Porto Alegre, fugindo do "Presiganga", navio ancorado no Guaíba, onde se encontrava preso, organizou a retomada da capital." ¹¹

E Francisco Riopardense de Macedo em *História de Porto Alegre*, igualmente com primeira publicação datada de 1993.

"Porto Alegre é recuperada pelos monarquistas em 15 de junho de 1836, em virtude de pequeno descuido na segurança do prisioneiro major Manoel Marques de Souza e isto mudou o rumo da revolução." ¹²

Uma frase de Sérgio da Costa Franco já mencionada neste texto dá conta da importância da resistência de Porto Alegre, e que desta forma a capital teria sido a responsável pela vitória legalista, ideia corroborada no excerto acima escrito por Macedo. Se o vinte de setembro e Bento Gonçalves da Silva são os ícones maiores da Revolução Farroupilha, o

¹⁰ FRANCO, op. cit. p 28.

¹¹ OLIVEIRA, Clovis Silveira de, *Porto Alegre a cidade e sua formação*, Porto Alegre, Metrópole, 1993, p 83.

¹² MACEDO, Francisco Riopardense de, *História de Porto Alegre*, Porto Alegre, UFRGS, 1993, p 56.

quinze de junho e o Major Marques, então futuro Conde de Porto Alegre, seriam os ícones maiores na sustentação de um título, um brasão e uma bandeira. A "Mui leal e valorosa cidade de Porto Alegre" fez-se leal e valorosa a partir desta data e desta e outras lideranças. Em tempo de império isto foi reconhecido, tanto que Marques de Souza foi titulado e homenageado, depois, com o tempo e com a ascensão do ideal farrapo à condição de identidade riograndense, foi colocado em plano secundário e condenado ao esquecimento. Como disse o professor Guazzelli em seu depoimento para este trabalho “nós temos que fazer um panteon, no panteon tem que caber os herois,,,” e neste panteon não há espaço para Marques de Souza e para aqueles que tomaram partido e estiveram ao lado dos legalistas.

Perder a capital provoca uma reação imediata no comando rebelde e buscar a reconquista da cidade passa a ser a determinação. Chefiados por Bento Gonçalves os farroupilhas dão início às movimentações para ameaçar a cidade. A importância estratégica de Porto Alegre faz com que ambos os lados a ambicionem, é o caminho obrigatório entre Rio Grande e o interior da província, e no caso dos rebeldes, a necessidade imperativa de acesso ao mar. A partir da página 31 de seu livro, Sérgio da Costa Franco apresenta o início do cerco e das tentativas de entrada na capital. Uma carta de Bento Gonçalves ao então comandante da guarnição legalista, Marechal João de Deus Menna Barreto, datada de 27 de junho de 1836, da conta da intenção de ataque intimando a cidade a render-se. O ataque a cidade é três dias depois, dia 30 de junho, o autor reproduz o que identifica como um valioso relatório de Antônio de Freitas Barreto Queirós, recuperado por Moacyr Flores.

“Os pontos mais acometidos foram os dois flancos Norte e Sul que ficavam beira rio, e hoje se sabe terem carregado sobre aquele mais de 500 homens, e sobre este subiram de 300, e pelos outros do centro mais de 700, fazendo ao todo mais de 1500 homens, e foram repelidos em toda a extensão da linha por uma guarnição que não passava de 280 homens: batiam-se os homens sem ordem, mas com um gás extraordinário, e até pareciam estar loucos, porque em todo o tempo do combate estiveram deitando fogo do ar, e o comandante do flanco do Sul, que era um tenente reformado da 1ª linha, no maior calor do fogo mandou ao corneta tocasse uma dança a que lhe chamam o miudinho, e não se pode descrever o valor de que estavam revestidos todos, sendo superior a todo elogio Manoel Marques de Souza, Major da praça, pela sua atividade”.¹³

13 FRANCO, op. cit. p 34.

Ao ataque frustrado segue-se um cerco e novas e infrutíferas investidas. Este período prolonga-se até 1840 e é detalhado em *Porto Alegre sitiada*. Cronologicamente organizado, os capítulos estão divididos pelos eventos do cerco e intervalo entre um e outro. Como houve dois intervalos neste período entre 1836 e 1840, o autor separa os cercos em três, identificando início e fim aproximado de cada um e o líder militar farroupilha que comandou as operações no entorno do entrincheiramento da cidade. Assim, o primeiro cerco inicia tão logo a cidade é reconquistada pelos legalistas, e comandado por Bento Gonçalves prolonga-se por aproximados três meses, até setembro. Importante contextualizar que neste setembro de 1836 houve a batalha do Seival, dia 10, e dia 11 Antônio de Souza Neto proclamou a república Riograndense. No outubro seguinte, na batalha de Fanfa, a vitória é legalista e Bento Gonçalves, distante da Porto Alegre que não está mais sitiada, é preso. São dias movimentados de perdas e conquistas de lado a lado. É o primeiro intervalo entre cercos e os legalistas estão em vantagem. Um Bento está preso, o outro mudou de lado. Voltaria a mudar. Um novo capítulo identifica o segundo cerco, de maio de 1837 a fevereiro de 1838.

“A nova adesão de Bento Manuel Ribeiro aos rebeldes, mais a desastrosa rendição da guarnição de Caçapava (08/04/1837), onde se achava o maior depósito de armas e munições dos legalistas, ensejaram uma reversão das condições das forças em conflito. Depois de uma temporada de insucessos, os farroupilhas passavam a ter a iniciativa das operações, aglutinavam-se outra vez no vale do Jacuí e se dispunham a reiniciar o sítio de Porto Alegre”.

14

Comandado por Antônio de Souza Neto, este período foi o de mais ostensivas tentativas sobre a cidade, ao longo do capítulo o autor discorre sobre o momento da capital. Os registros sobre as perdas da cidade, sobretudo humanas, são muito escassos. Para este trabalho foi opção a não contabilização destas perdas, sob pena da imprecisão. Houve perdas, houve danos, certamente traumas e medos, porém, procuro centrar este trabalho na formação da cidade e de seu paradoxo na contraposição de sua história com o ideário riograndense.

“A 20 de junho, já afastadas as possibilidades de uma trégua definitiva, o General Netto atacou pesadamente com sua artilharia. 'O efeito do bombardeio – segundo MOREIRA BENTO ¹⁵ – foi arruinar 13 casas, incendiar 2

14 FRANCO, op. cit. p 47.

15 BENTO, Cláudio Moreira, *Memórias dos sítios farrapos e da administração de Caxias*, EGGCF, 1989.

e matar 7 pessoas, sendo 2 crianças. Foram feridas muitas pessoas'." 16

Ao final da entrevista em sua residência, quando me despedia do escritor Sérgio da Costa Franco, este segredou-me generalizando quem, que diziam-lhe ser um positivista. É bem verdade que sua narrativa é modulada factual e que em depoimento para o documentário refutou a existência de muralha pela não comprovação de sua construção através de documentos públicos. Não obstante, em seu livro se fez valer de inúmeros depoimentos para enumerar acontecimentos no período. Na orelha do livro estas fontes estão referidas pelo editor.

“O autor, além de valer-se da bibliografia tradicional e das fontes documentais dos arquivos públicos, garimpou, nas gavetas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desconhecidos apontamentos de particulares que lhe forneceram, sobre o episódio do sítio e seus intervalos, informações preciosas”. 17

Foi no decorrer deste segundo sítio que a divisão comandada por Souza Neto construiu o que teria sido um forte. Franco reproduz um texto de um cronista Queiroz e depois o comenta.

“As outras forças saídas do Caminho Novo foram procurando posições de se aproximarem do acampamento dos Nettistas, que é na chácara do Porto Velho, onde se acham entrincheirados de valos e com 5 peças de artilharia, tendo o seu competente arraial dentro fazendo seus pequenos edifícios bem baixinhos, porém todos cobertos de telhas, uma vista muito bonita”.

“Talvez seja esta a única descrição conhecida do acampamento e 'forte' do General Netto; um conjunto de construções modestas, mas de boa aparência, que marcariam alguma presença na paisagem, justificando a sobrevivência do topônimo, embora nada tendo sobrado desta fortificação”. 18

A Estrada do Forte, importante via que liga as zonas leste e norte da cidade, é assim nominada em referência ao forte, ou seja lá que estrutura tenha sido efetivamente construída pelos farroupilhas, a leste da península. Depois de nove meses do cerco comandado por Neto, há uma nova pausa na condição de restrição e a cidade respira. De

16 FRANCO, op. cit. p 51.

17 FRANCO, op. cit. orelha

18 FRANCO, op. cit. p 60.

acordo com os testemunhos apresentados, quanto mais tem efeito a resistência da cidade, mais a população consolida-se em apoio às forças militares legalistas, e mais a defesa está estruturada. Os vários baluartes ao longo das defesas, ao todo dezoito, e os canhões neles instalados, num total de quarenta e dois¹⁹, estão nominados e identificados tanto por Sérgio da Costa Franco como por Clovis Oliveira da Silveira, este último em especial em um mapa reconstituído num trabalho conjunto com Luiz Carlos Luz de Ribeiro. O terceiro e último cerco é o mais longo, prolonga-se de junho de 1838 a dezembro de 1840, num todo de trinta meses, com comando inicial do novamente rebelde Bento Manoel Ribeiro e ao final por Davi Canabarro. Um personagem portoalegrense emblemático, que surge militarmente na resistência de Porto Alegre e participa ativamente de toda a guerra civil é Chico Pedro. Sérgio da Costa Franco faz sua apresentação no livro e também o cita na entrevista para o vídeo documentário.²⁰

“Desde os tempos do segundo sítio, começara a destacar-se no socorro logístico à cidade, sobretudo no tocante ao fornecimento de gado para o abate, um paisano dotado de grande vocação guerrilheira: Francisco Pedro de Abreu, apelidade de “Chico Pedro” ou “Moringue”. Este portoalegrense autêntico, filho de um comerciante português da Rua da Praia, Pedro José de Abreu, foi o mais eficiente comandante da guerra civil, em termos de pequenos esquadrões movimentados com rapidez e surpresa. Nenhum dos outros chefes, legalistas ou rebeldes, se equipara ao Moringue em número de vitórias.”²¹

Alternando entre avanços e ações de guerrilhas efetivadas pelas forças legalistas e iniciativas rebeldes sobre a cidade, o cerco se estendeu até o final de 1840. Com o recuo dos farroupilhas para os campos do interior a cidade começou a recuperar novos dias de paz e de desenvolvimento. Nos próximos anos receberá muitas famílias fugidas das regiões de conflito, representando um aumento na população que não se registrara na primeira metade do decênio de guerra civil. Sob a liderança do então Barão de Caxias, então presidente e líder militar da província, as forças legalistas passo a passo encurralaram a itinerante República de Piratini, até que o acordo de paz fosse assinado em 1845. Os detalhes e encaminhamentos do

19 OLIVEIRA, op. cit. p 16. N.A. Estes números foram obtidos a partir do mapa desenhado pelo autor em trabalho conjunto com Luiz Carlos Luz de Ribeiro e publicado no livro entre as páginas 16 e 17.

20 FRANCO, Sergio da Costa, entrevista no anexo 3, p 4.

21 FRANCO, op. cit. p 51.

acordo de paz não serão alvo deste trabalho, apenas a ressalva de que o combativo Chico Pedro de Abreu, militar guerrilheiro que atuou incessantemente nos dias da capital sitiada, foi o comandante do último ato de guerra das forças legalistas, a vitória e o massacre dos Lanceiros Negros na Batalha (traição) de Porongos.

Uma iconografia, por Clovis Silveira de Oliveira

O primeiro contato que tive com a condição de Porto Alegre ao longo da guerra civil foi através do livro anteriormente destacado de Sérgio da Costa Franco. A partir daí iniciei buscas históricas da cidade para além do conflito, numa tentativa de melhor conhecer o antes e o depois. Documentos, mapas e imagens são valiosas fontes, e uma importante coleção delas foi organizada por Clovis Silveira de Oliveira no livro *Porto Alegre, a cidade e sua formação*. O já mencionado mapa reconstituído pelo autor num trabalho conjunto com Luiz Carlos Luz de Ribeiro é precioso documento para identificação dos lugares da cidade intra muros, com destaque para as linhas de defesa, os baluartes e suas artilharias. O autor reproduz cartas e documentos, entre eles o decreto imperial nº 103, de 19 de outubro de 1841, que concede à cidade de Porto Alegre o título de “Leal e Valorosa”.

**“Tendo em consideração a lealdade e valor que mostraram os habitantes da CIDADE DE PORTO ALEGRE no dia 15 de junho de 1836, em que a restauraram do poder dos rebeldes e querendo dar a este importante feito o apreço que merece:
Hei por bem que a referida CIDADE seja d'ora em diante denominada - ' Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre ' “. ²²**

O documento é rubricado pelo imperador, então um menino com incompletos quinze anos. Importante destacar que Oliveira não reproduz o documento, o autor o transcreve. Em página anterior o autor apresenta uma descrição das defesas e das construções das trincheiras.

“Seguindo parte do traçado das antigas fortificações mandadas construir por José Marcelino (iniciadas em 1773 e concluídas em 1778) contra possíveis incursões espanholas, a partir da retomada de Porto Alegre pelos imperiais

22 OLIVEIRA, op. cit. p 86.

em 15 de junho de 1836, essas fortificações foram melhoradas, artilhadas e guarneciam, então um trecho maior da cidade.

Constavam estas fortificações de duas estacadas paralelas, com terra socada entre elas. Em grandes trechos havia pelo lado de fora, um fosso que variava de 3,00 a 4,50 metros de largura. Em determinados pontos, distribuídos estrategicamente estava as baterias com 2 a 4 canhões. Duas plantas registram detalhadamente essa linha fortificada, a primeira foi executada pelo Império do Brasil, sem nome do cartógrafo, nela apresenta-se ainda incompleta a linha. Esta planta tem a data de 1837. A outra é do cartógrafo Luiz Pereira Dias, com data de dezembro de 1839. Nesta já aparece a linha completa, além de outras informações sobre estas defesas.

(...)

Além dessa linha foram colocadas diversas baterias e trincheiras em pontos importantes de toda a margem do rio. Somavam essas defesas (em 1838) 42 canhões em suas baterias, como se pode ver em documentos da época.

Essas providências ainda eram reforçadas por diversos navios de guerra distribuídos estrategicamente pelo Rio Guaíba.

Por ordem do Barão de Caxias, após o término da revolução, em 1845, essas defesas foram desativadas e as fortificações foram demolidas.”²³

Estas duas plantas a que se refere o autor estão reproduzidas em seu livro às páginas 85 e entre as páginas 86 e 87. Desta última cabe uma reflexão. Está disponível digitalizada no *site* da Biblioteca Nacional e com ótima resolução, sendo possível ampliá-la para observação dos detalhes. O referido cartógrafo desenhou, além da planta, duas vistas da cidade, uma do leste e outra do oeste. Nelas vê-se o que seriam as linhas de defesa, e o que surpreende é que esta defesa é um contínuo muro, sem grande altura, sem fosso e sem artilharias. Não há nesta reprodução qualquer semelhança com as descrições que tenham sido feitas destas fortificações de defesa. Estas imagens, em aproximação com o uso de recursos digitais, estão reproduzidas no documentário, parte integrante deste trabalho de conclusão. A ressalva é trazida por Sérgio da Costa Franco quando do depoimento dado em vídeo para o documentário.

“Isso é um erro repetido por vários historiadores, mais, por jornalistas, e tal, quando escrevem sobre Porto Alegre, vem com a história que já existia, falam até em muralha. Nunca existiu muralha nenhuma. O José Marcelino Figueiredo teria construído essa coisa para se defender dos espanhóis, que estavam em Rio Grande, não tem nada a respeito, pelo menos, documento,

essa parte o que representava de gastos públicos, isso é muito documentado, está tudo aí, não é, se sabe o que o governo gastava, etecétera e tal.”²⁴

Uma foto montagem apresentada na página 116, indica o que seria a localização do primeiro dos dois portões de acesso à cidade. Uma imagem igualmente apresentada no documentário. Este importante trabalho realizado por Clóvis Silveira de Oliveira estende-se por um amplo período da história de Porto Alegre, porém, para o caso específico destes texto e vídeo, a atenção maior esteve no período e nas características do sítio à Porto Alegre. Da mesma forma, no trabalhar o terceiro livro o foco foi definido para este mesmo período histórico.

Reminiscências, por Antônio Pereira Coruja

O portoalegrense Antônio Alvares Pereira, de alcunha Coruja por ele mesmo acrescentada ao nome, é apresentado por Sérgio da Costa Franco na introdução de *Antigualhas, reminiscências de Porto Alegre*. Livro e autor, historicamente, são referências àqueles que vasculham o passado da cidade, e são as dimensões humanas nesta pesquisa porque falam das pessoas e seus dia a dia e afazeres, da origem de alguns sobrenomes, das casas e ruas, dos caminhos e seus registros oficiais ou seus batismos populares. Neste relato pessoal escrito de memória na década de 1880, o portão e o valo são lembranças apontadas na página 125.

“Desde tempos primevos cuja data não posso precisar, existia um grande e largo valo, densamente plantado de unhas de gato, o qual se estendia em linha reta desde a esquina da frente da Santa Casa de Misericórdia até a Rua da Olaria logo abaixo da lomba, atravessando os quintais das casas da Praça do Portão e da Rua da Igreja até a de Bragança, formando com elas um ângulo agudo. (...)

Este valo, de que talvez algum curioso ainda possa encontrar vestígios, era apenas interceptado por uma casa de pau a pique no lugar mais ou menos onde é hoje a casa número 1 da Rua da Misericórdia, tendo ao lado um portão que é o tal Portão histórico que deu nome à praça e ao bairro do mesmo

24 FRANCO, Sergio da Costa, entrevista no anexo 3, p 1.

nome".²⁵

Coruja traz em suas crônicas uma curiosa característica dos portoalegrenses, nas alcunhas que davam às pessoas, como também aos lugares e as coisas desses lugares. Conta nas páginas 62 e 63 como surgiu-lhe o apelido Coruja, por conta de uma vestimenta, e porque o incorporou ao nome, pelas implicações e complicações de um quase homônimo. A partir da página 71, num quarto capítulo titulado *as alcunhas de Porto Alegre e outras alcunhas*, o autor, como ele mesmo escreve, faz uma exposição de apelidos, iniciando com uma lista de nomes acrescentados de características ou adjetivos que seriam um uso antigo. Em alguns casos, como o do autor, há as subsequentes incorporações aos nomes, gerando por vezes novos sobrenomes familiares, no entanto, a grande maioria é mesmo uma alcunha pessoal. Assim como as pessoas, os lugares igualmente eram alcunhados, por vezes referiam um morador, como o Beco do Fanha, ou uma característica, como as ruas da Praia, Ponte, Cotovelo e Ladeira, ou os lugares, o Arsenal, a Varzinha e o Portão. O nome da cidade é uma destas nomações conjuntas de substantivo e adjetivo, o porto alegre, que era dos casais, que era do Dorneles e que era de Viamão. Os apelidos e as nomações produzem excessos, a cidade somente foi ter efetivamente um porto no século dezenove, mas antes disso, já no dezoito, era designada como tal. O livro de Coruja apresenta uma grande quantidade de alcunhas, que acentuam características, exageram nas adjetivações, aumentam impressões, e fazem seu papel hilário e identificador. Abrem a possibilidade de uma consideração a se fazer sobre os nomes e as denominações daqueles lugares como sendo os mais característicos e simbólicos deste período de guerra civil. O portão, as fortificações, e o forte do General Neto. Considerar que nem o portão, nem as fortificações e nem o forte foram efetivamente portão, fortificações e forte. Na pretensão, na possibilidade e na efetividade, sim, o confronto houve e suas aplicações se justificaram, as defesas da cidade surtiram efeito e suas fronteiras se fizeram intransponíveis, na caracterização física, não, desconhecer seus formatos é um indicativo de que não eram grandes construções. A completa ausência de documentação, conforme destacou Franco, e os poucos recursos públicos disponíveis para obras, são fatores que agregam nesta indicação de que portão, fortificações e forte eram de menor envergadura do que suas nomenclaturas supõem.

25 CORUJA, Antônio Alvares Pereira, *Antigualhas Reminiscências de Porto Alegre*, Porto Alegre, Erus, 1983, p 125.

A importante representatividade deste livro de Antônio Alvares Pereira Coruja é denotada num parágrafo da introdução do livro assinada por Sérgio da Costa Franco.

“Vale lembrar que a Porto Alegre evocada por Coruja era uma cidadezinha de seus doze mil habitantes, segundo a estimativa de Arsène Isabelle em 1833. No momento da publicação das reminiscências, a cidade orçaria pelos 40 mil moradores e alcançaria vários melhoramentos significativos, como a iluminação a gás, o bonde de tração animal e o trem para São Leopoldo e Novo Hamburgo. Houvera, assim, um expressivo processo de mudança, quantitativo e qualificativo, capaz de justificar o sucesso da publicação de lembranças de um emigrado. Para os portoalegrenses da década de oitenta, do século passado, os relatos de Coruja já teriam um forte sabor de passado esquecido.” ²⁶

Aos relatos de Coruja, aos tantos coletados e sequenciados por Costa Franco e a iconografia documental e imagética de Silveira de Oliveira, somam-se três autores trazidos a este trabalho pela historiadora Carla Renata Antunes de Souza Gomes, ampliando a abordagem humanista que se possa fazer de um fato acontecido faz quase dois séculos, e adormecido pelo esquecimento intencional, que tem em sua causa a construção dirigida de uma identidade regional.

A literatura no dezenove narra a guerra civil

No depoimento para o vídeo documentário é feita a apresentação destes três autores por Souza Gomes.

“O Caldrefião, o Apolinário Porto Alegre e o José Bernardino dos Santos, são os três que vão falar da guerra de maneiras diferentes, eles são três gerações de autores, o Caldrefião é o mais velho, é contemporâneo da guerra, o Apolinário nasce no final da Farrroupilha, e o Bernardino é mais jovem ainda que o Apolinário. O Caldrefião vai condenar os atos e efeitos da guerra, é um humanista, não tolera aquilo, entende as dificuldades do império mas não acredita que a guerra seja solução, afirma que a guerra produz um trauma na sociedade, porque ele deixa isso muito claro. Ele não gosta de falar da guerra,

26 CORUJA, *Antônio Alvares Pereira, Antigualhas Reminiscências de Porto Alegre*, Porto Alegre, Erus, 1983, p 12, introdução de FRANCO, Sérgio da Costa.

ele presenciou os efeitos. O Apolinário vai tratar a guerra como aquele palco de operações em que o heroísmo se dá, ele vai construir os nossos heróis. Então pra ele o Bento Gonçalves, o Neto, os chefes, os líderes serão heróis, é assim que ele vai tratar nas narrativas, sobretudo o Bento. Se vai existir alguém no século dezenove que vai nobilitar a figura do Bento Gonçalves, que é o único dos líderes que sai desgastado, é o Bento, não entra no panteon dos heróis regionais do século dezenove, é o Apolinário, o Apolinário constrói o Bento como herói, ainda no dezenove. E o José Bernardino dos Santos, no murmúrio do Guaíba, numa revista que vai sair em 1870, ele vai deixar na literatura mais especificamente, um relato muito pungente da guerra, ele vai chamar 'a douda', A Douda é o título que ele dá, "a douda", que é o desvairio, pra qualificar o desvairio da guerra, e daí como ele não consegue, porque ele passa o tempo todo dizendo, como é difícil juntar documentação pra contar a história, e todos os acontecimentos da guerra, então ele resolve escrever na literatura e deixar o registro, e ali, de novo, ele corrobora com a visão do Caldrefião, ou seja, os horrores da guerra".²⁷

Não há dúvida de que o Brasil da virada do século dezenove para o vinte pode ser visto, certamente que com uma parcialidade comum a toda e qualquer narrativa, na literatura de Machado de Assis. Acoberto-me deste argumento para defender que a narrativa ficcional é sim instrumento de construção de conhecimento histórico, e, tanto quanto as obras anteriormente apresentadas, devem ser considerados na compreensão e na construção imaginária da cidade que resistiu a um cerco militar típico de uma guerra. Os aspectos humanos da guerra comumente são engolidos pelos números, que não contabilizam choros, traumas e medos, que genericamente restringem-se a resultados reunidos em relatórios e tabelas militares e governamentais. São frios e inumanos, não que não sejam importantes, são ferramentas de pesquisa e de providência, porém isolam-se do mundo e suas sensibilidades. As pessoas estavam em guerra, dos dois lados, humanas, com seus erros e acertos, suas necessidades e seus limites, para além dos acampamentos militares e dos gabinetes governamentais.

Franco, no depoimento ao documentário, falou de obras no século dezenove que começaram a tratar da guerra civil, menciona dois escritos na segunda metade do século dezenove, destacando que um é escrito por um legalista e o outro por quem responde ao primeiro em defesa do movimento revolucionário.

27 GOMES, Carla Renata Antunes de Souza, entrevista no anexo 4, p 2.

“O Tristão de Alencar Araripe, que era um cearense que veio presidir o Rio Grande do Sul, aqueles presidentes nomeados, se interessou, encontrou coisas no arquivo, então ele escreveu *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. É o primeiro livro sobre a Revolução Farroupilha é de um legalista, Tristão de Alencar Araripe. Depois, em seguida, como resposta ao livro de Araripe, surge o livro, primeiro um folhetim de jornal, do Ramiro Barcellos. O Ramiro Barcellos escreve *História da Revolução Farroupilha*, que é quase simultâneo, é logo depois do Araripe, uma espécie de resposta, de defesa dos farrapos. Mas aí é silêncio total até a república, até 89”.²⁸

Franco fala em textos historiográficos, aqui não menciona a produção literária ficcional a que se refere Souza Gomes. Num outro momento de seu depoimento refere Apolinário como um estudioso republicano a serviço de uma causa, destacando uma carta arquivada no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

A historiadora Helga Piccollo fala de cartas, de escritos que localizou em arquivos na Alemanha enviadas por imigrantes em seus dias iniciais de sul do Brasil. Porto Alegre foi uma cidade que desde cedo recebeu imigrantes alemães, tem em sua população uma grande quantidade de seus descendentes, imigração esta que iniciou antes da guerra civil e que no decorrer dela fizeram-se participativos. Na reconquista da cidade pelos legalistas, anteriormente narrada neste texto, havia um soldado identificado como alemão, o sargento Henrique Mosye. A provisão de alimentos da cidade nos momentos em que o sítio restringiu o acesso à cidade passou diretamente pela produção das colônias alemãs, ligadas ao delta do Jacuí e à Porto Alegre pelo Rio dos Sinos. É sobre a imigração alemã que Piccollo aprofundou seus estudos, aponta em seu gabinete residencial as pilhas de livros e papéis, fala de idas à Alemanha e da relação com a comunidade do Vale dos Sinos.

“Há umas cartas que são fantásticas, e essas cartas elas foram apresentadas por um historiador nosso num congresso em São Leopoldo, porque nós fazemos de dois em dois anos, agora passou pra três, um simpósio de estudos teuto brasileiros, e aí então teve um pesquisador, que também a partir de pesquisa que ele fez na Alemanha, ele mostra, não é, como essa questão da luta, e aí ele fala claramente do que seria a Guerra dos Farrapos, como aquilo prejudicava, não apenas a economia deles, a pequena, a pequena propriedade, mas também trazia problemas de natureza política, porque não queriam entrar no entrevero, não é, não preferiam nem ser

28 FRANCO, Sérgio da Costa, entrevista no anexo 3, p 5.

farrapos, preferiam ser monarquistas, afinal, foi a monarquia que deu as terras pra eles”. ²⁹

No desenrolar das entrevistas surgem abordagens que se expandem além do fato início, meio, fim, nomes e acontecimentos, causa e consequência, fala-se do significado e da intenção, da memória e do esquecimento, da mentalidade que se estabelece.

“Porque eles vem? Precisa ser visto se esses que participam da Guerra dos Farrapos, com farrapos, porque o fazem, é pra mim, a minha tese, a minha pergunta tem a seguinte resposta, eles estão saindo de uma região, de uma Alemanha, do que é hoje a Alemanha, porque essa Alemanha não existia, eles estão saindo de lá exatamente porque há um sufoco em cima deles, não apenas economicamente, mas também politicamente, quer dizer, aqui há a possibilidade de eles receberem um pedaço de terra, seja pequeno, não é, é isso, agora, ainda não está suficientemente estudado, eu tava começando a fazer isso quando eu me aposentei, porque que eles apoiam a guerra, porque que eles apoiam os chamados farrapos, e aí vem o negócio do republicanismo, que é, era uma coisa absolutamente subversiva naquela época em que rebenta a Guerra dos Farrapos, aqui, e que na verdade é o momento em que a imigração tem um pequeno refluxo, nem todos, vamos dizer, os proprietários de terra estavam, apoiavam essa imigração, ou seja, a distribuição de terras, e gente que vem com outra mentalidade”. ³⁰

Liberalismo e conservadorismo que se misturam

Nas entrevistas com Piccollo e Grijó os temas liberalismo e conservadorismo estão presentes. A primeira questionando que tipo de liberalismo havia na época e ambos identificando um liberalismo político e econômico. A manutenção da escravidão e a redação de uma constituição “cópia” da imperial, como identificou Franco, atestam um liberalismo onde o cunho social não está inserido.

“A constituição era ridícula até, de tão cópia da constituição do império. Não tem nada de inovação”. ³¹

29 PICCOLLO, Helga Landgraff, entrevista no anexo 2, p 3.

30 PICCOLLO, Helga Landgraff, entrevista no anexo 2, p 2.

31 FRANCO, Sérgio da Costa Franco, entrevista no anexo 3, p 6.

A república que nascia liberal e que se dizia com ideias de igualdade e liberdades promulgou uma constituição conservadora. A liberdade e a igualdade propagada pelos ideais revolucionários farroupilhas, representavam poderes políticos, não uma vida melhor para a grande maioria da população, tampouco o fim da escravidão.

“O ideário liberal ele aparece, ele vai aparecer nesses diversos senhores brasileiros de uma forma geral, da elite brasileira, e também no Rio Grande do Sul. A questão é que a ênfase que vai se dar para aquilo que seria, vamos dizer assim, o repertório liberal, vai ser muito mais na questão da liberdade como uma liberdade federalista, uma liberdade na relação do centro da periferia, quer dizer, uma periferia mais autônoma em relação ao centro e portanto isso, não há possibilidade de atuação política dessa própria elite, quer dizer, na medida que ela tem mais liberdade de dividir do centro ela teria mais liberdade de governar aqui, conforme os seus interesses próprios no lugar, do que por exemplo o liberalismo que na verdade baseia muito nas questões dos códigos modernos de desenvolvimento sociedade burguesa e tal, etc, que é o liberalismo das liberdades individuais, e da igualdade perante a lei, por exemplo, coisa que na verdade não passava pela cabeça desses senhores rurais e escravistas que a gente tinha aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil de uma forma geral”. ³²

Esta sociedade conservadora está também caracterizada na criação de um personagem feminino que se adéque a um imaginário. A prenda de forma alguma representa a mulher local, que atuou, que trabalhou, que desbravou, que participou da formação do estado riograndense de forma ativa e participativa, jamais na forma decorativa proposta pela personagem inventada. Esta reflexão a respeito da prenda foi apresentada por Souza Gomes na entrevista, e na esteira do conservadorismo do movimento regional, abordada com Grijó. Abaixo dois excertos relativamente longos, porém importantes, destes dois historiadores pesquisadores fazendo reflexões a cerca da personagem feminina do tradicionalismo gaúcho.

“Uma questão que é interessante e que eu gosto muito de discutir em sala de aula, além do trauma da guerra, essa questão da guerra civil, é essa figura que foi totalmente construída, nós temos a ideia da construção do gaúcho, nós sabemos como é que essa construção se operou, e todos os elementos que foram transpostos, dá pra perceber que na literatura, a migração dos sentidos,

32 GRIJÓ, Luiz Alberto, entrevista no anexo 6, p 1.

a migração de palavras, esse revestimento então, o gaúcho adquire o sentido positivo que vem do monarca das coxilhas, o gaudério adquire o sentido negativo, isso dá pra acompanhar a literatura, algo que não dá pra acompanhar na literatura, o que não existe, é uma criação totalmente fantasiosa, é aquele aspecto da mulher riograndense, aquela criatura que o movimento tradicionalista denominou prenda, esta criatura não existe, a prenda não existe, a prenda não existe senão na cabeça daqueles rapazes de 1947 que se reuniram e foram lá fundar o CTG 35 e trazer as gurias pra compartilhar com eles a roda de chimarrão, eles precisavam ter as namoradas junto, e como o gaúcho originariamente era um homem desgarrado, não tinha família, não tinha companheira, eles precisavam arranjar uma qualificação, e invés de usar o tradicional mulher riograndense, que seria o apropriado, que sempre esteve presente na história, nunca esteve ausente, a mulher riograndense sempre esteve lá, a prenda não, é algo que, como a Cinderela, a Branca de Neve, ela não existe, a não ser na fantasia de quem a criou”.³³

“Sem falar isso, tem invenções, a prenda é uma outra questão interessante, a prenda, eu fico pensando sob o ponto de vista das mulheres, quer dizer, quem é que pode de sua consciência numa sociedade moderna, atual, Porto Alegre, século XXI, se identificar com um vestido que tem uma gola fechada, com um comprimento que tem que ir pra baixo do joelho, a pessoa parece um repolho, numa coisa imaginária do século XIX que nunca existiu, uma vestimenta completamente inventada, aquilo é um desrespeito com as mulheres, é um desrespeito com a questão da própria individualidade feminina, os homens podem usar bombacha verde, amarela, azul, usar com isso, usar com aquilo, tem uma enorme possibilidade de indumentária, enquanto a mulher tem uma série de restrições que esses caras colocam nos seus regulamentos, dizendo que o vestido de prenda tem que ser assim, assado, não pode ter comprimento tal, não pode ter nada, na verdade é uma coisa que engessa a mulher, e que vai junto nisso que eu tava dizendo, assim, na esteira desse conservadorismo, que a gente tá falando, que tá muito presente, é político, sim, é político social, que engessa o passado.”³⁴

Numa distância temporal de quase dois séculos o cuidado é necessário para que não se caia no erro do anacronismo. Os pensamentos liberais e conservadores daquele tempo passado estão contextualizados naquele momento sócio político, um momento de ocupação, de povoamento, de formação de uma nação e de um estado nacional, tanto no que se refere aos aspectos geo políticos quando nos sociais e de pertencimento a um estado nação. Este

33 GOMES, Carla Renata Antunes de Souza, entrevista no anexo 4, p 10.

34 GRIJÓ, Luiz Alberto, entrevista no anexo 6, p 7.

pertencimento não estava claro, a medida que toda uma gama de culturas e etnias se entrelaçava em uma região recentemente inóspita e de organização social em formação, sob os auspícios de um governo centralizador enraizadamente ligado ao estado português. Centralização e conservadorismo são, dentre tantas, heranças da colonização e da organização lusa.

Conclusão

Ao caminhar pelo centro histórico não encontrei os resíduos da cidade que intra muros pulsava nestes tempos de guerra civil. Porto Alegre se fez republicana e positivista, é a história que contam suas ruas e esquinas, são os traços que se nos apresentam no transitar por seus espaços. No tempo da guerra civil não era assim, Porto Alegre, assim como Pelotas e Rio Grande, ficaram fiéis ao imperador e suas populações apoiavam que assim permanecessem, eram urbanas, mesmo Pelotas com maior ligação como o campo. Porto Alegre e Rio Grande eram portuárias e comerciantes. Em seus depoimentos, Franco e Piccollo enfatizam o caráter comercial da cidade de Porto Alegre, e Guazzelli e Franco discorrem sobre o quanto eram importantes estas cidades para os dois lados em conflito e que elas ficaram fiéis à ordem vigente. Piccollo retrata os imigrantes alemães, a quem seria mais seguro e vantajoso permanecer ao lado do império, que os possibilitara imigrar, do que uma incerteza de um novo sistema de governo. Souza Gomes fala da literatura e com ela apresenta uma população traumatizada, ansiosa da guerra. Nos anos seguintes as fileiras liberais e conservadoras se misturam, assim como as republicanas e as monarquistas, o estado conservador, imperial e escravista persiste. Somente meio século depois da existência da incipiente República de Piratini é que o Brasil desfez-se da escravidão, destituiu o imperador e se fez república, sem jamais ameaçar com a transformação de uma estrutura social que o amarrou em uma sociedade desigual e atrasada. A república e o século vinte não trouxeram o Brasil à modernidade social da inclusão e da igualdade, o país permaneceu centralizador, desigual e, sobretudo, conservador.

O pertencer à comunidade riograndense extrapola o sotaque e o dia a dia, o chimarrão e a carne assada, não se restringe à dicotomia campo e cidade, se impõe um agregar de valores associados à expressões e a um imaginário de força de caráter. Não é à toa que o

hino do estado esteja recheado de expressões e palavras positivas, aurora, precursor, liberdade, valor, façanhas, virtude, livre, forte, aguerrido e bravo, é uma característica dos hinos, todos assim o fazem, cada um com o seu propósito e o seu enaltecimento, é para isto que existem. O hino riograndense é farrapo, apesar de nem todo o Rio Grande tê-lo sido, Porto Alegre não o foi e lutou em resistência. Mui leal e valorosa cidade de Porto Alegre, está no brasão e na bandeira, é o título da cidade que a coloca até os dias atuais em contraposição ao movimento revolucionário, apesar das avenidas, praças e do anual acampamento farroupilha. Como já foi referido neste texto, este trabalho não se propõe revisionista, até porque estes fatos são conhecidos, precisam ser reconhecidos, atualizados, efetivamente considerados como acontecimentos históricos importantes na construção e formação da cidade, tanto em seus aspectos geográficos quanto humanos e sociais.

Bibliografia

- ALBIERI, Sara, *Introdução à História Pública, História Pública e Consciência Histórica*, 2011
- BENTO, Cláudio Moreira. *Memórias dos sítios farrapos e da administração de Caxias*, EGGCF, 1989
- CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas, reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, 1983.
- FLORES, Moacyr. *O modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o Triunfo do Avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009..
- GRIJÓ, Luiz A.; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar A. B. & NEUMANN, Eduardo S. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória* Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990
- LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de, *Porto Alegre, a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no Império*. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- SOUZA, Célia Ferraz de & PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *Imagens Urbanas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- THUILLIER, Gui e TULARD. *Jean, Cómo preparar un trabajo de historia, métodos y técnicas*. Barcelona, 1989.